



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Governo e Congresso avançam em propostas para reverter alta do IOF. Agenda da semana traz dados de inflação e atividade no Brasil.

Em reunião entre o Ministério da Fazenda e lideranças do Congresso na noite de ontem, foi combinado que o governo reverterá parte do aumento das alíquotas com IOF e compensará a perda esperada com a arrecadação com outras fontes de receita. O acordo prevê a retirada da alíquota fixa do IOF sobre a operação do risco sacado, que, até então, não tinha a incidência do imposto e passará a ter apenas a alíquota diária (0,0041%). Por outro lado, títulos isentos, como as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCIs e LCAs) devem passar a pagar Imposto de Renda de 5% (ainda abaixo de outras modalidades, que passarão a pagar 17,5%) a partir de 2026. Outra fonte de receita deve vir das *bets*, cuja alíquota sobre a receita bruta deve aumentar de 12% para 18%. Ainda, outra mudança que deve ser aprovada é a elevação da CSLL das *fintechs*, de 9% para 15%, a dos bancos de 20 para 22% e também a elevação da alíquota de IR sobre o JCP, de 15% para 20%. Por fim, também foi informado que o Congresso deve reduzir em 10% os benefícios tributários, embora não tenha sido divulgada quais medidas serão adotadas. Destaque-se que as propostas no campo estrutural e do corte de despesas por enquanto são bem mais vagas e ainda precisam ser detalhadas e negociadas com o Congresso. Num primeiro momento, provavelmente devemos ter uma reação neutra dos mercados. Por um lado, temos este recuo, mesmo que parcial na tributação do IOF sobre as operações de crédito, em especial sobre o risco sacado. Por outro lado, segue a preocupação com a continuidade da ênfase nas receitas, com alta importante na CSLL e IR sobre o JCP e da impressão de que a implementação das medidas mais estruturais e do corte de despesas enfrentarão muitas dificuldades no Congresso e também em parte relevante do próprio Governo Lula. A conferir.

Na agenda de indicadores, o IBGE divulga nesta terça (10) o resultado do IPCA de maio, que pode confirmar os números relativamente positivos de sua prévia (IPCA-15) e apontar uma inflação menos pressionada no mês. A expectativa do consenso do mercado é de uma alta de 0,32% em maio, abaixo do resultado de abril (0,43%), refletindo a dissipação de parte das pressões observadas nos preços dos alimentos, além da queda dos preços no grupo transportes (óleo diesel e passagens aéreas). Por outro lado, o principal vetor de alta deve ser a tarifa de energia elétrica (acionamento da bandeira amarela). No acumulado em 12 meses, o IPCA deve desacelerar para 5,40% (ante 5,53%). Por outro lado, as medidas de núcleo devem mostrar um cenário ainda delicado, que, junto com a maior resiliência esperada que a atividade vem mostrando neste ano, tem mantido em aberto a possibilidade de uma nova alta da Selic na próxima reunião do Copom (dias 17 e 18 de junho).

Neste sentido, o IBGE divulga os números do varejo e do setor de serviços referente a abril, que trarão novas informações sobre a força da demanda interna neste 2º trimestre. Para o varejo (ampliado), a projeção do consenso é de uma queda de 1,4% no mês, enquanto para os serviços, o mercado prevê crescimento de 0,2%. Caso se confirme, os números podem indicar alguma perda de força da demanda doméstica no início do 2º trimestre.

No cenário internacional, destaque para o resultado da inflação ao consumidor (CPI) de maio nos EUA, que deve voltar a acelerar em 12 meses, com atenção para possíveis impactos da guerra tarifária. O dado será conhecido na quarta (11) e o consenso do mercado estima alta de 0,2% no mês, que levaria o indicador a acelerar para 2,5% (ante 2,3%) em 12 meses, reforçando a relativa persistência da inflação no país acima da meta de 2%. Ainda com relação à inflação, na quinta (12) será divulgado o índice de preços aos produtores (PPI).

Em meio à elevada tensão com os EUA, foram conhecidos ontem (8) à noite os números da balança comercial de maio da China. As exportações chinesas desaceleraram para uma alta de 4,8% em relação a maio de 2024 (ante +8,1% em abr/25) em um possível sinal de impacto das tarifas impostas pelos EUA. Enquanto isso, as importações seguem bastante fracas, com queda de 3,4% (ante -0,2%). O baixo dinamismo da demanda doméstica tem mantido o país em terreno deflacionário. Ontem à noite também foram divulgados o CPI e o PPI de maio do país asiático, que apontaram deflação de 0,1% e 3,3% no acumulado em 12 meses, respectivamente.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
10/jun	IBGE: IPCA	Mai/25	0,32% m/m 5,40% a/a	0,43% m/m 5,53% a/a
12/jun	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Abr/25	-1,4% m/m 1,3% a/a	1,9% m/m -1,2% a/a
13/jun	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Abr/25	0,2% m/m 1,7% a/a	0,3% m/m 1,9% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
08/jun	China	Inflação ao consumidor (CPI)	Mai/25	-0,2% a/a	-0,1% a/a
08/jun	China	Inflação ao produtor (PPI)	Mai/25	-3,2% a/a	-2,7% a/a
09/jun	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Mai/25	6,0% a/a -1,0% a/a	8,1% a/a -0,2% a/a
09/jun	EUA	Estoques no atacado	Abr/25	0,0% m/m	0,4% m/m
11/jun	EUA	Inflação ao consumidor (CPI)	Mai/25	0,2% m/m 2,5% a/a	0,2% m/m 2,3% a/a
12/jun	EUA	Inflação ao produtor (PPI)	Mai/25	0,2% m/m 2,6% a/a	-0,5% m/m 2,4% a/a
13/jun	Zona do Euro	Produção Industrial	Abr/25	-1,7% m/m	2,6% m/m
13/jun	EUA	Confiança do consumidor	Jun/25 – prévia	53,5 pts	52,2 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Indústria mostra fraco dinamismo, mas importações seguem em alta

A produção industrial ficou praticamente estável em abril, com alta de apenas 0,1% no mês, abaixo da mediana do consenso (+0,5%), reforçando os sinais de acomodação da atividade do setor.

O ligeiro crescimento do setor no mês foi puxado pela indústria extrativa (+1,0%), que registrou o terceiro mês consecutivo de alta e acumula expansão de 7,5% desde então, em função do crescimento da extração de petróleo. Já a indústria de transformação recuou 0,5% em abril, mantendo o viés de estabilidade/queda do segmento observado desde o 4T24, refletindo a política monetária contracionista. Neste sentido, apenas 13 das 25 atividades industriais avançaram no mês, como a indústria de bebidas (+3,6%) e produção de veículos (+1,0%). Dentre as grandes categorias econômicas, 3 das 4 cresceram no período, com destaque para a indústria de bens de capital (+1,4%), em uma sinalização que o investimento pode voltar a crescer neste trimestre.

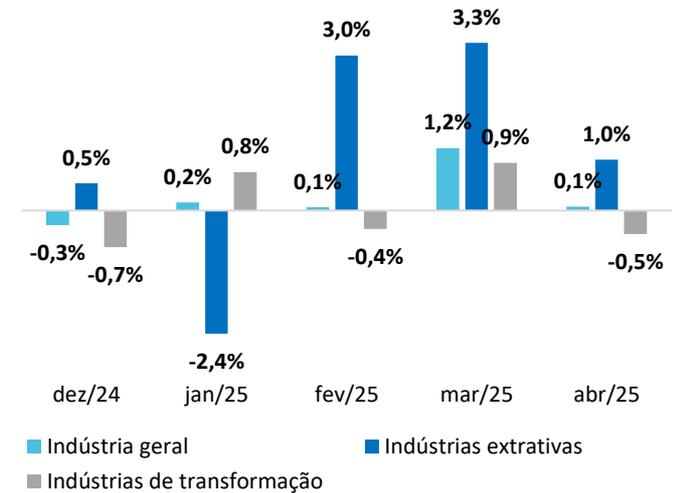
O resultado deixou um carregamento estatístico de alta de 0,9% para a indústria neste 2T25, após relativa estabilidade nos dois trimestres anteriores (ver Quadro 2). Contudo, caso se confirme, tal crescimento deve ser bastante concentrado na indústria extrativa, cujo *carry over* está em 4,2%, enquanto o desempenho da indústria de transformação deve ficar estável pelo terceiro trimestre seguido.

Portanto, os dados do início do segundo trimestre sugerem que, embora a economia continue crescendo, esse crescimento está concentrado em atividades (agronegócio / extrativo) pouco sensíveis às condições da economia doméstica, enquanto os setores mais cíclicos continuam apresentando perda de tração.

A balança comercial, por sua vez, registrou superávit de US\$ 7,2 bilhões em maio, abaixo do observado em mai/24 (US\$ 8,3 bi) e do esperado pelo mercado (US\$ 8,2 bi), refletindo a resiliência das importações e a queda dos preços dos bens exportados.

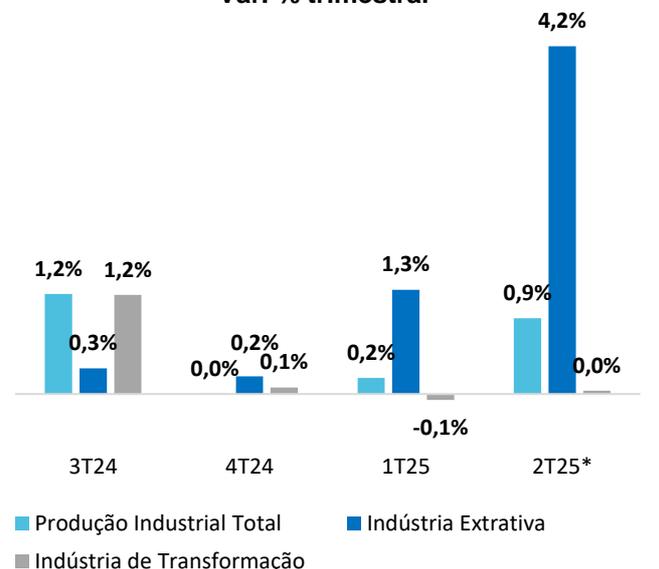
As importações cresceram 4,7% no mês (ante mai/24), com aumento de 7,7% do volume de compras, compensado em parte pela queda dos preços (-3,3%). A alta foi disseminada dentre as diversas categorias, com destaque para os bens de consumo, cujo valor importado cresceu 14,5% (e o quantum subiu 24,4%).

Quadro 1: Produção Industrial – Por Tipo de Indústria
Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: Produção Industrial – Por Tipo de Indústria
Var. % trimestral*



Fonte: IBGE. *Carry over

Já as exportações ficaram estáveis (-0,1%), em função da queda do preço de *commodities* relevantes, como soja (-8,4%), minério de ferro (-11,3%) e petróleo (-15,2%), que levou os preços médios de exportação a caírem 2,5% no período. Por outro lado, o quantum vendido cresceu 2,5%.

No acumulado do ano, a balança comercial atingiu um superávit de US\$ 24,4 bi, 30,6% abaixo do observado no mesmo período de 2024 (US\$ 35,2 bi). As importações crescem 9,2%, enquanto as exportações caem 0,9%. No acumulado em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 63,4 bi, menor valor desde fev/23 (US\$ 61,8 bi).

Portanto, a queda dos preços das principais *commodities* exportadas pelo país, associado a uma aparente demora no escoamento da safra agrícola tem limitado o avanço das exportações. Por outro lado, o volume importado segue crescendo em bom ritmo, sugerindo uma demanda interna ainda em expansão. Este quadro, somado aos problemas relacionados à exportação de carne de aves e a guerra comercial, devem manter o saldo comercial abaixo do registrado em 2023 (US\$ 98,9 bi), mas também de 2024 (US\$ 74,2 bi), indicando que as contas externas devem seguir com pouca folga.

No campo inflacionário, o IGP-DI registrou deflação de 0,85% em maio, após subir 0,30% em abril. A desaceleração foi fortemente influenciada pelas incertezas associadas à guerra comercial, que têm pressionado para baixo os preços de importantes *commodities*. A queda dos preços dos alimentos *in natura*, observada tanto no atacado quanto no varejo, contribuiu significativamente para esse resultado. O IPA recuou 1,38% em maio, revertendo a alta de 0,20% observada no mês anterior. A retração foi puxada, sobretudo, pelos itens agropecuários, que caíram 3,13%, com destaque para o farelo de soja, milho e soja em grãos e bovinos. Os produtos industriais também contribuíram, com recuo de 0,73%, influenciados principalmente pela queda do minério de ferro (-2,15%). O recuo dos preços dos alimentos também causou desaceleração dos preços ao consumidor, com o IPC passando de 0,52% em abril para 0,34%. Com o resultado, o IGP-DI desacelerou de 8,11% para 6,27% no acumulado em 12 meses, indicando que o cenário externo começa a dar algum alívio à dinâmica inflacionária doméstica.

Quadro 3: Balança Comercial – Saldo Comercial em Meses de Maio (Em US\$ mi)



Fonte: Secex/Mdic.

Quadro 4: Balança Comercial – Saldo acumulado em 12 meses - Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic

Quadro 5: IGP-DI – Var.% Acum. 12 meses



Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Payroll traz alívio, mas guerra comercial mantém sentimento de cautela nos mercados

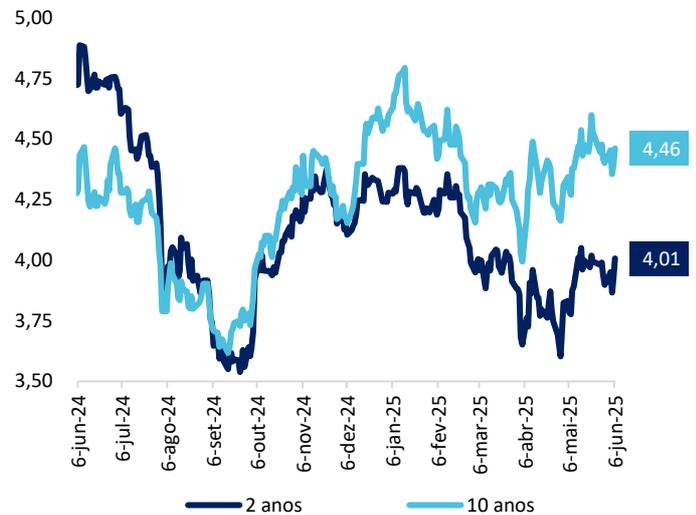
Apesar do noticiário cheio da semana, os principais índices acionários dos EUA fecharam a semana em alta, após dados do mercado de trabalho (*payroll*) seguirem mostrando boa resiliência, sem sinais de uma recessão no curto prazo, apesar das incertezas em torno das tarifas comerciais. De toda forma, o resultado dá suporte para o Fed manter a paciência e aguardar maiores sinais de desaceleração da atividade para voltar a reduzir os *Fed Funds*, o que tem incomodado Trump. Com isso, os rendimentos das *Treasuries* subiram na semana.

Com relação ao noticiário, destaque para a conversa por telefone entre Donald Trump e Xi Jinping, indicando a intenção dos países de retomar as conversas em busca de um acordo comercial. A questão é quais concessões um país concordará em fazer ao outro. Ainda com relação à guerra comercial, Trump assinou decreto para dobrar tarifas de importação dos EUA para o aço e alumínio de 25% para 50%. Enquanto isso, após sair do governo, Elon Musk fez duras críticas ao pacote orçamentário de Trump, o que levou a um bate-boca entre os dois nas redes sociais e a uma forte queda das ações da Tesla ao longo da semana, que já caem cerca de 25% no ano.

Os dados do *payroll* registraram a criação de 139 mil vagas em maio, acima do consenso do mercado (+125 mil) e próximo do mês anterior (+147 mil), indicando que o mercado de trabalho segue sólido, sem sinais de uma desaceleração mais intensa. Na abertura por setores, houve boa criação de vagas no setor de serviços, educação e saúde (+87 mil) e lazer (+48 mil), enquanto o governo federal (-22 mil) e a indústria (-8 mil) diminuíram os postos de trabalho. Já a taxa de desemprego ficou estável em 4,2%, como esperado.

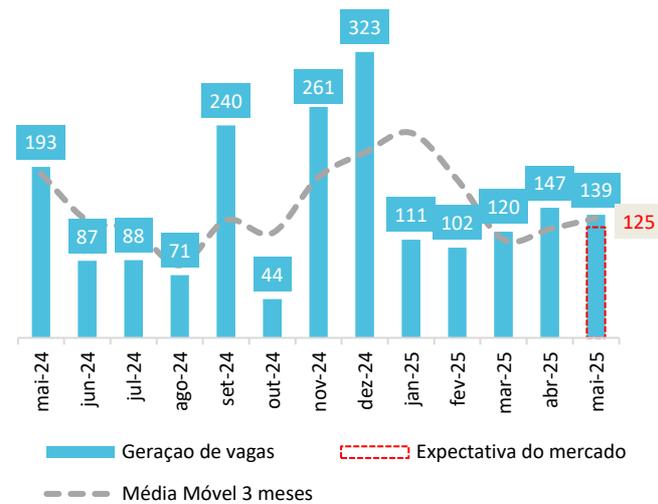
Na Europa, o Banco Central (BCE) cortou os juros básicos em 0,25 pp pela 8ª vez nos últimos 12 meses, levando a taxa de depósitos para 2,0% aa, conforme esperado pelo mercado. Christine Lagarde informou que o BCE está se aproximando do fim do ciclo de afrouxamento monetário, afirmando que estão em “uma boa posição” para navegar as incertezas atuais, sugerindo que o BCE deve fazer uma pausa no ciclo de cortes. Neste sentido, a prévia da inflação ao consumidor (CPI) veio em linha com o esperado e ficou estável no mês de maio, levando o indicador em 12 meses a desacelerar para 1,9% (ante +2,2% em abr/25), menor valor desde set/24 (+1,7%) e voltando a ficar abaixo da meta de longo prazo (2,0% aa). A desaceleração dos preços foi generalizada, inclusive dos serviços (+3,2% ante +4,0%), que vinham sendo um item de preocupação nas últimas divulgações.

Quadro 6: EUA – Rendimento das *Treasuries* de 2 e 10 anos – Em % aa



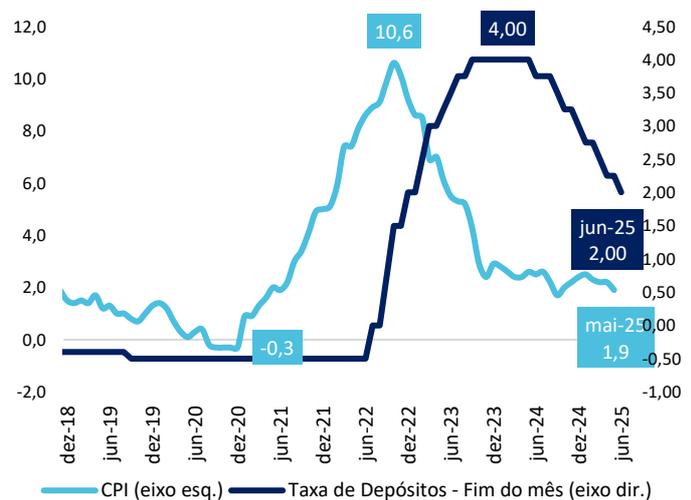
Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) e Taxa de Depósitos (Em % aa)



Fonte: Bloomberg.

Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)

CRÉDITO / BANCOS

Banco Central sinaliza que pretende estabelecer um valor positivo para o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCP Brasil)

Em [ata referente a reunião](#) realizada nos dias 27 e 28 de maio, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do BCB indicou que vem estudando a sistemática que estabelece um valor positivo para o ACCP Brasil em períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros. Implementado em 2017 no Brasil pelo Banco Central, o ACCP nunca foi acionado, permanecendo sempre em 0%. O ACCP é uma ferramenta macroprudencial que, se positivo, implica em um aumento da alocação de capital para as operações de crédito. Tal acréscimo foi concebido para ser estabelecido (até 12 meses após a sua divulgação) durante período de expansão mais forte do crédito, para que a parcela de capital acumulada nesse período seja utilizada em momentos de contração, atuando como um colchão anticíclico e reforçando a resiliência do sistema.

Segundo a ata do Comef, “o objetivo é assegurar a existência de uma parcela de capital liberável, que amplie o espaço de atuação da política macroprudencial”. O documento complementa que tal liberação auxiliaria as IFs a absorver perdas de uma reversão do ciclo de crédito ou eventos inesperados, mitigando impactos adversos na oferta de crédito. O BCB também apontou que tal sistemática vem sendo adotada em diversas jurisdições, com implementação gradual. Por fim, considera que “o entendimento dessa sistemática alcançou um grau de maturidade que permite a deliberação sobre a sua adoção no futuro próximo.”

Atualmente, os maiores bancos do país (S1) possuem uma exigência mínima de capital de 11,5% (índice de Basileia), decomposta em 8% de Capital Total, 2,5% de buffer de conservação, 1,0% de buffer para instituições sistemicamente importantes e 0% para o buffer contracíclico. Ou seja, de forma relativamente simplificada, para cada R\$ 100 de exposição ao risco que a instituição possui (RWA, em inglês), precisa ter R\$ 11,5 em capital próprio. Portanto, caso o BCB opte por implementar um buffer contracíclico positivo, implicará no aumento regulatório da necessidade mínima de capital por parte das IFs.

De toda forma, a depender do nível estabelecido, diversas IFs já estarão enquadradas na regra. Usualmente, os maiores bancos do país possuem níveis de capital superiores aos níveis regulamentares. Como exemplo, no Relatório de [Estabilidade Financeira referente ao 2º semestre de 2024](#), o BCB mostrou que o índice de Basileia do sistema fechou 2024 em 17,2%. Além disso, o próprio BCB em seus documentos reconhece que os níveis de capitalização e de liquidez do SFN se mantêm superiores aos requerimentos de capital.

Portanto, se por um lado, a medida aumenta a resiliência do sistema a choques negativos, por outro, sua adoção implicará em maiores custos (e menor rentabilidade sobre o capital) ao sistema, na medida em que poderá sensibilizar os níveis de apetite ao risco e de capital mínimos definidos pela IF. Além disso, o momento conjuntural para ativação do buffer também deve ser cuidadosamente analisado, pois indica uma certa acomodação do ciclo de crédito, diante do recente movimento de aperto monetário promovido pelo BCB. É preciso ainda considerar outros temas relevantes nas discussões que podem atuar restritivamente no ciclo atual do crédito, notadamente o possível aumento do IOF para operações de PJ e o recente aumento das provisões para risco de crédito com a vigência desde janeiro deste ano do IFRS9 no Brasil (BCB estimou impacto de R\$ 38 bilhões nas provisões do sistema), dentre outros.

Além da questão relativa ao ACCP Brasil, um outro ponto importante destacado na Ata do Comef foi o impacto da entrada em vigor da Resolução CMN 4.966/21 sobre as métricas de materialização de risco e constituição de provisões. A ata apontou que “observou-se um menor volume de baixas para prejuízo, o que levou a mensuração da inadimplência a valores mais altos do que os anteriormente calculados. Mantidos os critérios contábeis anteriores, a leve tendência de queda teria permanecido, tanto para PFs quanto para PJs.” Isso indica que é necessária alguma cautela na interpretação dos atuais níveis de inadimplência, dada a mudança da contabilização dos créditos inadimplentes (antes os bancos eram obrigados a baixar o crédito para prejuízo após 360 dias em atraso; agora, fica a critério da IF com base em modelos internos, o que pode permitir manter tal crédito em carteira por mais tempo). Assim, aparentemente, o recente aumento da inadimplência está ligado a este fator contábil e não propriamente a uma deterioração do cenário econômico.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Mai/25

Os dados de maio da caderneta de poupança mostraram que as captações e os saques praticamente empataram no mês, registrando uma ligeira captação líquida positiva no valor de R\$ 337 milhões, segundo o Banco Central do Brasil (BCB). Apesar do resultado ter interrompido a sequência de quatro meses seguidos de saques líquidos desde o início do ano, o número ficou bem abaixo do observado em maio de 2024 (R\$ 8,7 bi, com dados já ajustados pelo IPCA).

Em maio, contribuiu positivamente para o ingresso de recursos da modalidade o recebimento de parte relevante do 13º salário pelos aposentados e pensionistas do INSS. Contudo, em 2025 nem tal efeito foi suficiente para levar a uma captação mais expressiva de recursos pela modalidade, diante do cenário de inflação e juros altos, além da migração estrutural de recursos para outras opções de investimento (depósitos à prazo, letras de crédito e fundos, por exemplo).

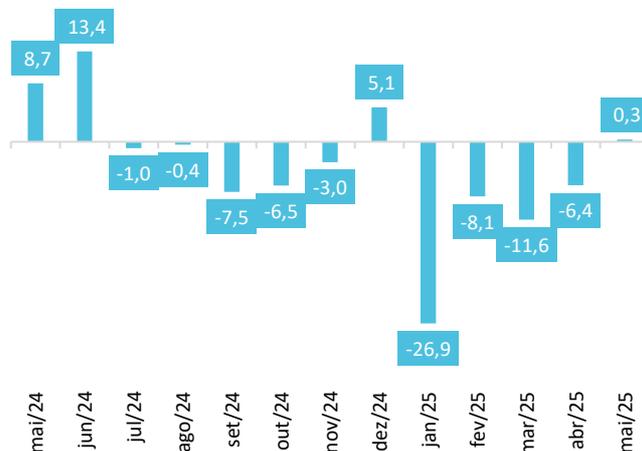
No acumulado do ano, os saques superaram os depósitos na caderneta de poupança em R\$ 52,7 bi (ou -0,43% do PIB). O valor é pior do que o registrado no mesmo período do ano passado (R\$ -16,8 bi; -0,14% do PIB), mas ainda um pouco melhor do que o observado no mesmo período de 2022 (-0,50% do PIB) e 2023 (-0,66% do PIB).

O saldo da caderneta de poupança atingiu R\$ 1,011 tri, praticamente estável desde o fim do ano passado (-4,8% em termos reais). Em proporção ao PIB, o saldo representa 8,4%, patamar próximo ao final de 2007. Além disso, observa-se que a queda tem se dado em maior intensidade na poupança do tipo SBPE (destinada para o financiamento imobiliário), que desde seu pico em dezembro de 2020, já caiu 40% nesta métrica, de 10,5% para 6,3% do PIB. A poupança rural representa 2,1% do PIB (ou 25% do total).

Em suma, sem grandes novidades, o Relatório de Poupança segue mostrando um baixo dinamismo do produto, que voltou a perder recursos em maior intensidade do que em 2024. Parte dos recursos tem migrado para as LCIs, que tem suprido parcialmente a necessidade de *funding* para o crédito habitacional, embora a um maior custo.

CRÉDITO / BANCOS

Quadro 9: Captação Mensal Líquida da Caderneta de Poupança - Em R\$ bi, ajustado pelo IPCA*



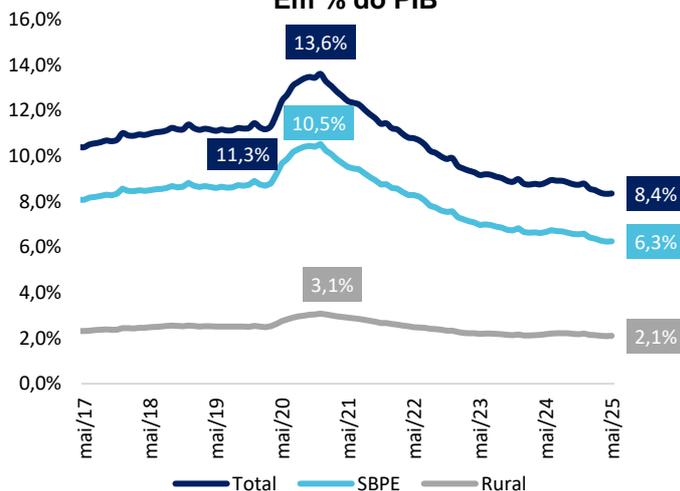
Fonte: Bacen. *Boletim Focus.

Quadro 10: Captação Líquida da Caderneta de Poupança – Acum. Janeiro a Maio - Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Quadro 11: Saldo da Caderneta de Poupança Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Resultado Corporativo 1º Tri/25 Caixa Econômica Federal

CRÉDITO / BANCOS

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido contábil de R\$ 5,8 bilhões no 1º trimestre 2025, alta de 27,5% ante o 4T24 e de 133,9% em 12 meses. A rentabilidade patrimonial (ROE) da CEF atingiu 12,3%, avançando no trimestre (+2,3 pp) e na comparação anual (+2,8 pp). A forte expansão do lucro decorreu, principalmente, dos novos critérios de provisão estabelecidos pela resolução CMN 4.966/21, que levou a Caixa a reduzir as despesas com PDD em 55,2% ante o trimestre anterior e 57,7% no comparativo com o ano anterior. Segundo a instituição, refletindo a maior acurácia dos modelos internos de mensuração de risco, beneficiados pela grande parcela de sua operação de crédito com garantia (imobiliário).

A margem financeira também avançou no comparativo anual (+4,8%), com expansão das receitas de intermediação financeira (+20,7%). Já as receitas com prestação de serviços caíram 1,4%, em função da redução das receitas com serviços do governo (-1,4%), especialmente com loterias (-6,1%). Tal queda foi apenas parcialmente compensada por maiores ganhos com seguros (+9,3%) e tarifas de conta (+8,0%). Do lado das despesas, além da já citada forte redução da PDD, os gastos administrativos recuaram 4,9% ante o 1T24, em função do Programa de Demissão Voluntário (PDV) que segue em curso na CEF. Sem o PDV, as despesas teriam subido 2,1% no período.

A carteira de crédito da CEF subiu 10,7% em 12 meses, atingindo um saldo de R\$ 1,266 trilhão no fim do trimestre. O crescimento foi liderado pelo crédito imobiliário (+12,7%), que representa 67,2% da carteira total da IF. A expansão tem sido puxada pela originação com recursos do FGTS (+15,4%) – cerca de 60% da carteira habitacional -, enquanto o saldo com recursos do SBPE (40% restante) tem crescido em um ritmo mais modesto (+9,1%). As demais linhas de crédito também cresceram, com destaque para o agronegócio (+9,9%). O saldo de crédito comercial destinado às empresas subiu 6,0%, enquanto a carteira comercial PF avançou 5,5%. A inadimplência da carteira (acima de 90 dias) atingiu 2,49% no 1T25, subindo 0,52 pp no trimestre. O aumento foi difuso entre as principais linhas, porém, mais intenso na carteira do agro (+0,57 pp, para 4,30%) e comercial para empresas (+2,81 pp, para 9,26%). A inadimplência do imobiliário ficou em 1,42% (alta de 0,23 pp).

Por fim, em relação às captações, o saldo da caderneta de poupança na Caixa subiu 5,8% em 12 meses, atingindo R\$ 379,4 bi. De todo modo, a IF segue aumentando em proporção muito maior (+34,7%) a captação via Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), com o saldo atingindo R\$ 213,2 bi no 1T25, já representando mais de 50% do saldo da poupança.

Quadro 12: CEF – DRE

Ítems de Resultado (R\$ milhões)	1T25	4T24	Δ%	1T24	Δ%
Lucro Líquido Contábil	5.758	4.515	27,5	2.462	133,9
Lucro Líquido Recorrente	4.945	4.581	7,9	2.883	71,5
Resultado Operacional	7.478	4.574	63,5	1.701	339,6
Margem Financeira	16.008	16.332	-2,0	15.278	4,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(2.093)	(4.672)	-55,2	(4.946)	-57,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	13.915	11.660	19,3	10.333	34,7
Receita com Prestação de Serviços ¹	6.535	7.387	-11,5	6.629	-1,4
Despesas Administrativas	(10.861)	(11.832)	-8,2	(11.419)	-4,9
Despesas de Pessoal	(7.556)	(7.921)	-4,6	(8.139)	-7,2
Outras Despesas Administrativas	(3.305)	(3.911)	-15,5	(3.280)	0,7

Quadro 13: CEF – Carteira de Crédito Ampliada

Valor em R\$ milhões	Mar25	Dez24	Δ%	Mar24	Δ%
Imobiliário	850.411	832.054	2,2	754.257	12,7
Crédito Comercial	245.204	234.422	4,6	231.922	5,7
Pessoas Físicas	141.293	133.995	5,4	133.935	5,5
Pessoas Jurídicas	103.911	100.427	3,5	97.987	6,0
Saneamento e Infraestrutura	107.025	107.258	-0,2	100.264	6,7
Agronegócio	63.537	62.575	1,5	57.805	9,9
Carteira Total	1.266.176	1.236.308	2,4	1.144.248	10,7

Fonte: RI CEF.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2025				2026			
	06/06/25	30/05/25	09/05/25	Viés	06/06/25	30/05/25	09/05/25	Viés
IPCA (%)	5,44	5,46	5,51	▼	4,50	4,50	4,50	↔
PIB (% de crescimento)	2,18	2,13	2,00	▲	1,81	1,80	1,70	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	14,75	14,75	14,75	↔	12,50	12,50	12,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,80	5,80	5,85	↔	5,89	5,90	5,90	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	06/06/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,56	-2,85%	-2,85%	-9,99%	4,94%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	157,81	-2,47%	-2,47%	-26,60%	9,14%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,77	0,53%	0,53%	19,93%	42,15%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,79	1,10%	1,10%	-4,01%	38,47%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,83	0,91%	0,91%	-11,34%	18,06%
Índice Ibovespa (em pontos)	136.102,09	-0,67%	-0,67%	13,15%	12,10%
IFNC (setor financeiro)	15.034,50	-2,23%	-2,23%	27,09%	23,19%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,04	3,57%	3,57%	-4,84%	-14,55%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,51	2,39%	2,39%	-0,60%	5,10%
Dollar Index	99,22	-0,11%	-0,11%	-8,24%	-4,69%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.000,36	1,50%	1,50%	1,58%	12,09%
Índice de ações de bancos – EUA	113,84	1,76%	1,76%	-5,21%	19,47%
Índice Euro Stoxx 50	5.430,17	1,18%	1,18%	11,52%	7,12%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	204,21	1,41%	1,41%	40,50%	40,50%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	66,62	4,26%	4,26%	-10,44%	-16,59%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira